



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CAMPUS ACADÊMICO DO AGreste
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

VILMA PEREIRA DA SILVA SANTOS

**TRABALHO FORMAL NAS PEQUENAS E MICRO EMPRESAS DO POLO TÊXTIL
E DE CONFECÇÕES DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2012-2022)**

Caruaru
2025

VILMA PEREIRA DA SILVA SANTOS

**TRABALHO FORMAL NAS PEQUENAS E MICRO EMPRESAS DO POLO TÊXTIL
E DE CONFECÇÕES DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2012-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo científico, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Área de Concentração: Economia Regional.

Orientador (a): Dr^a. Monaliza de Oliveira Ferreira

Caruaru

2025

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter me dado forças para enfrentar todos os obstáculos ao longo do curso.

A minha família, em especial, a minha mãe, Josefa Pereira da Silva, por todo apoio e incentivo durante a graduação.

Aos amigos de curso, pelas risadas, apoio e incentivos, principalmente, nos dias mais difíceis. Agradeço por tornarem essa trajetória mais leve e enriquecedora.

A minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Monaliza Ferreira, pela orientação, paciência e toda dedicação a esta pesquisa, bem como aos membros examinadores da banca, as professoras Lucilena Ferraz e Alane Silva, pelas valiosas contribuições ao trabalho.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para a construção deste trabalho.

Trabalho formal nas pequenas e micro empresas do polo têxtil e de confecções do Estado de Pernambuco (2012-2022)

Formal work in small and micro enterprises in the textile and clothing hub of the State of Pernambuco (2012-2022)

Vilma Pereira da Silva Santos¹

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar o trabalho formal nas micro e pequenas empresas da indústria têxtil e de confecções do Estado de Pernambuco, durante o período de 2012 a 2022, considerando as características socioeconômicas dos empregados. Para tanto, foram utilizados os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os principais resultados mostram que as micro e pequenas empresas do setor têxtil e de confecções apresentam intensa concentração de estabelecimentos e predominância na capacidade de absorção de mão de obra, mesmo com redução na participação dos postos de trabalho formais. Nesse sentido, as variáveis relacionadas ao perfil dos trabalhadores apontam o envelhecimento gradual da força de trabalho, menor rotatividade da mão de obra, baixa remuneração e tendência de crescimento do nível educacional do trabalhador. Conclui-se que o Polo Têxtil e de Confecções de Pernambuco é um importante vetor de desenvolvimento econômico, mas enfrenta desafios estruturais persistentes que afetam sua competitividade no mercado, entre os principais está a precarização das atividades laborais formais que se refletem na baixa remuneração e nível educacional dos trabalhadores.

Palavras-chave: Pernambuco; comércio regional; polo têxtil e de confecções; micro e pequenas empresas; trabalho formal.

¹ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: vilma.silvasantos@ufpe.br

ABSTRACT

This study aims to analyze formal employment in micro and small textile and clothing companies in the state of Pernambuco, Brazil, from 2012 to 2022, considering the socioeconomic characteristics of the employees. Data from the Annual Social Information Report (RAIS) of the Ministry of Labor and Employment (MTE) were used for this purpose. The main results show that micro and small companies in the textile and clothing sector exhibit a high concentration of establishments and a predominance in their capacity to absorb labor, even with a reduction in the share of formal jobs. In this sense, the variables related to the workers' profile point to the gradual aging of the workforce, lower labor turnover, low remuneration, and a growing trend in the worker's educational level. It is concluded that the Textile and Clothing Hub of the Agreste region of Pernambuco is an important driver of economic development, but faces persistent structural challenges that affect its competitiveness in the market; among the main challenges is the precariousness of formal labor activities, which is reflected in the low remuneration and educational level of workers.

Keywords: Pernambuco; regional trade; textile and clothing hub; micro and small businesses; formal employment.

DATA DE APROVAÇÃO: 02 de dezembro de 2025.

1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira passou por um processo de profundas mudanças no início da década de 1990 com a abertura comercial, a qual tinha como objetivo estabilizar a inflação a partir da adoção do Plano Real. No entanto, esta política cambial afetou drasticamente o setor industrial através da redução de tarifas de importação, resultando no aumento de importações e consequentemente em perda de competitividade das indústrias nacionais frente às indústrias estrangeiras, sendo a indústria têxtil brasileira um dos setores mais prejudicados, devido a carência de tecnologias de ponta necessárias para disputarem mercado com países asiáticos, a

exemplo da China, que são grandes produtores e exportadores de vestuário (Kon e Coan, 2005).

Com isso, iniciou-se um processo migratório da indústria têxtil e de confecções das Regiões Sul e Sudeste para o Nordeste, não somente em virtude desta Região ser tradicionalmente caracterizada pela mão de obra barata, mas principalmente pelas políticas governamentais implementadas durante a abertura comercial, com incentivos fiscais e financeiros destinados ao setor. De modo, a promover a reestruturação do parque industrial têxtil (Silva Filho e Queiroz, 2011).

A indústria brasileira no setor apresentou expansão somente a partir do século XX, sendo considerado um processo tardio comparado a países desenvolvidos. A corrente cepalina aponta a industrialização como instrumento essencial para impulsionar o desenvolvimento econômico de países emergentes, por intermédio do aumento de competitividade, em razão de ser o setor de maior produtividade dos fatores de produção. Neste contexto, o Processo de Substituição de Importações (PSI) implementado no país estimulou o desenvolvimento das cadeias produtivas e a produção industrial em larga escala. Esse movimento favoreceu a integração regional, com produtos intermediários fabricados no Nordeste sendo enviados ao Sudeste, onde eram transformados em bens finais destinados à exportação. O objetivo principal era contribuir para o equilíbrio da balança comercial (Moura e Paiva, 2018).

Essa política impulsionou a industrialização brasileira, influenciada tanto por fatores internos quanto pelas condições mundiais e conjunturais da época (Tavares, 2000). Contudo, o modelo resultante caracterizou-se por uma economia excessivamente fechada, baseada em tecnologias de baixo valor agregado e defasadas, o que comprometeu a competitividade dos produtos nacionais em relação aos importados (Moura e Paiva, 2018).

Diante da literatura apresentada, a escolha da área de estudo foi motivada pela localização estratégica do Polo Têxtil e de Confecções do Estado de Pernambuco, principalmente, no Agreste, uma vez que este atua como grande impulsionador da economia estadual, a partir da produção de confecções e se localiza de forma equidistante de outros estados do Nordeste, facilitando o escoamento da produção. Relativamente à escolha do corte temporal, entre 2012 e 2022, ocorreu em razão de ser um estrato longo para percepção de variações estruturais ao mesmo tempo em que se tem dados relativamente recentes, o que permite analisar o contexto atual do emprego formal no setor têxtil e de confecção local.

Nesse sentido, o Polo Têxtil e de Confecções do Agreste de Pernambuco compõe uma das principais atividades econômicas locais, formado por um conjunto de atividades

produtivas, comerciais e de serviços especializados em confecções de vestuário e demais artigos têxteis (SEBRAE, 2013). Tendo origem na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, através da fabricação artesanal e comercialização em feiras livres (Feira da Sulanca), em meados do século XX (Burnett, 2013).

Atualmente, o Polo Têxtil e de Confecções do Agreste é considerado o segundo maior polo de confecções do Brasil, respectivamente, atrás apenas do Polo Têxtil de São Paulo, formado principalmente pelas cidades de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama (Bezerra et al., 2020), em virtude de apresentar o maior número de estabelecimentos e empregos formais na indústria têxtil e de confecção regional (DIEESE, 2010). Sendo responsáveis pelo maior fluxo de produção e comercialização regional de confecção, concentrando 77% do total de empresas do Polo de Confecções de Pernambuco (SEBRAE, 2013).

Além disso, as empresas de micro e pequeno porte representam 27% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, com participação de 22,5% no PIB da indústria. Além de empregar 52% do trabalho formal. Estas também correspondem a 99% dos 6,4 milhões de estabelecimentos no Brasil, de acordo com os estudos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2021).

Segundo dados divulgados pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil, em 2016, o setor têxtil e de confecção gerou 1,5 milhão de empregos diretos e 33 mil empresas formais, sendo mais de 80% de pequeno e médio porte pelo país (ABIT, 2017). No entanto, o setor perdeu protagonismo, passando a representar em 2022 apenas 24,6 mil empresas de diferentes portes e 1,3 milhão de empregados no país (ABIT, 2023). Esse dado naturalmente tem uma parcela de impacto devida à pandemia da Covid-19.

Este estudo busca investigar a dinâmica do emprego formal nas empresas de micro e pequeno porte da indústria têxtil e de confecções em Pernambuco, considerando que o trabalho formal nestas atividades econômicas é afetado por diversos fatores, em especial, pelo elevado grau de informalidade e a alta carga tributária no Estado. Convém ressaltar que o Arranjo Produtivo Local (APL) é constituído de grande quantidade de empresas na mesma atividade produtiva, em sua maioria atuando na informalidade, correspondendo a 80% informais e 20% formais do total de empresas do Polo Têxtil e de Confecções do Agreste de Pernambuco, segundo registros de 2012 (SEBRAE, 2013). Além disso, a elevada carga tributária incidente sobre o setor de confecção de vestuário, cerca de 17%, sobre a receita de

empresas com 5 ou mais funcionários é considerada alta e desincentiva o crescimento das empresas, reduz a competitividade do setor e a garantia de empregos (ABIT, 2017).

Assim, a pesquisa justifica-se pela importância de analisar a caracterização do trabalho formal realizado no Polo Têxtil e de Confecções do Agreste, em virtude da importância do APL para a economia regional, já que a indústria representa a segunda maior atividade econômica do Estado de Pernambuco, com destaque para o setor têxtil e de confecções (SEBRAE, 2023).

Corroborando com o texto anterior, essa importância dá-se não apenas em função do número de estabelecimentos, mas da geração de emprego no setor. Concentrando no Polo do Agreste cerca de 59% dos trabalhadores e 68% dos estabelecimentos formais gerados pelo setor têxtil e de confecções no Estado em 2006 (Rocha et al., 2015). É certo que este número é bem maior, haja vista que as atividades produtivas têxteis e de confecções em Pernambuco caracterizam-se pelo elevado grau de informalidade das empresas atuantes no mercado, como mencionado anteriormente.

Diante desse cenário, permanece a questão: como o trabalho formal tem se comportado nas micro e pequenas empresas do setor? Para responder esse questionamento, o presente estudo tem como objetivo analisar o trabalho formal nas micro e pequenas empresas da indústria têxtil e de confecções do Estado de Pernambuco, durante o período de 2012 a 2022, considerando as características socioeconômicas dos empregados. Para tal, considera especificamente: (i) analisar a evolução do número de estabelecimentos de micro e pequeno porte na indústria têxtil e de confecção frente a outras indústrias pernambucanas; (ii) analisar a evolução do emprego formal no setor, e caracterizar o perfil socioeconômico dos trabalhadores.

Este trabalho estrutura-se em cinco seções. Esta primeira pretende contextualizar a temática, bem como justificar o estudo na área de economia e finalizar com os objetivos; a segunda trata da revisão de literatura realizada na pesquisa; a terceira define a metodologia aplicada; a quarta apresenta resultados e discussões, através da investigação realizada; e a quinta e última seção traz as considerações finais do estudo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A indústria têxtil brasileira surgiu durante o período colonial e avançou intensamente no início do século XX, alcançando maturidade apenas na década de 1940, quando foi considerada um setor industrial dinâmico da economia do país, atingido o segundo lugar na produção têxtil mundial durante a Segunda Guerra Mundial. Na década de 1950, a indústria têxtil correspondia a 25% da força de trabalho do setor e cerca de 20% do valor da produção industrial interna (Kon e Coan, 2005). Esse protagonismo histórico demonstra a centralidade da indústria têxtil na geração de empregos desde seus primórdios, indicando que as relações de trabalho constituem elemento estruturante do setor.

Com as transformações e o novo contexto econômico brasileiro no início da década de 1990, o setor industrial têxtil e de confecção implementou estratégias de minimização de custos através da terceirização de atividades e especialização da produção, para permanecer competitivo frente à concorrência do mercado externo (Viana, 2005). Tais estratégias, embora voltadas à eficiência produtiva, impactaram diretamente a estrutura ocupacional do setor, estimulando formas flexíveis de contratação e abrindo espaço para maior informalidade.

A indústria têxtil brasileira modernizou seu processo produtivo durante o período de abertura comercial e dos resultados da globalização, a partir de investimentos em inovações tecnológicas, realizados principalmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a aquisição de equipamentos importados. O que resultou na reestruturação do setor e consecutivamente no aumento da produtividade (Kon e Coan, 2005). Entretanto, o avanço tecnológico não foi acompanhado de forma homogênea por políticas de formalização laboral, gerando assimetrias entre empresas de diferentes portes quanto à qualidade dos vínculos de trabalho.

Dessa forma, a indústria têxtil e de confecções brasileira se destaca no contexto mundial pela dimensão de seu parque industrial, sendo a quarta maior indústria de confecção e a quinta maior indústria têxtil do mundo. Além disso, o setor têxtil e de confecção do país cresceu 5,6% em 2017 em relação ao ano anterior, com produção de vestuário de 5,9 bilhões de artigos, apresentando aumento de 3,5%, e 4,2% na fabricação têxtil (ABIT, 2017). Apesar desse desempenho, permanece a necessidade de examinar se o crescimento produtivo se converte proporcionalmente em emprego formal, sobretudo entre as micro e pequenas empresas que compõem a maioria do setor.

Enquanto a dinamização do parque industrial nordestino ocorreu no final do século XX, impulsionado pelo processo de desconcentração da indústria no Sul e Sudeste do país, em consequência da adoção de políticas de estímulos fiscais destinados às empresas do setor, através da redução ou isenção do ICMS, e pela presença de mão de obra barata na Região

Nordeste (Silva Filho et al., 2010). Este cenário contribuiu para a rápida modernização da indústria têxtil no Nordeste com a implementação de políticas de desenvolvimento na Região, a partir de transferências de capitais por parte do Estado, especialmente pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (Moura e Paiva, 2018). Todavia, a atração industrial pautada no baixo custo da mão de obra também reforçou padrões de precarização laboral, exigindo uma análise mais aprofundada sobre como se configuram os vínculos formais nesses territórios.

Nesse contexto, a indústria têxtil surgiu no Nordeste a partir do cultivo do algodão no final do século XVIII, sendo considerada uma das principais atividades econômicas da época. Com a expansão da produção algodoeira nordestina impulsionada principalmente pela Guerra de Secessão nos Estados Unidos, ocorreu a paralisação da produção de algodão no país, resultando na substituição das exportações de algodão dos EUA pela produção brasileira para as indústrias têxteis inglesas. Este período promoveu a abertura do mercado externo para a atividade algodoeira do Nordeste, em especial, do Estado do Ceará (Muniz, 2016). Embora esse processo tenha fortalecido a base produtiva regional, pouco se sabe sobre como essa herança histórica estruturou os padrões contemporâneos de organização do trabalho, especialmente no que diz respeito à transição entre atividades artesanais e vínculos empregatícios formais.

Assim, no século XIX a expansão da industrialização no Nordeste ocorreu pautada na articulação com outras regiões, principalmente por intermédio de estratégias de atração industrial e pelo cenário de crises do modelo primário-exportador (Araújo et al., 1997), concentrando nos Estados de Ceará e Pernambuco o maior número de estabelecimentos e postos de trabalho do setor têxtil e de confecções da região. Sendo considerados os maiores polos de desenvolvimento do Nordeste, devido a importância de suas atividades econômicas no âmbito nacional (Lima et al., 2015). A relevância desses polos, contudo, não garante automaticamente a formalização das relações de trabalho, o que reforça a necessidade de compreender como se distribuem os vínculos formais e informais dentro dessas aglomerações produtivas.

No Polo de Confecções do Ceará acontece a maior concentração de estabelecimentos do setor industrial de confecção nordestino (Lima et al., 2015). Entre 2006 e 2014 o trabalho formal na indústria têxtil cearense apresentou crescimento significativo, em especial, nos estabelecimentos de pequeno e grande porte. Sendo resultado não apenas das políticas de distribuição industrial, mas também pela atuação do Estado no setor, a partir de incentivos em conjunto com instituições como o SEBRAE (Rodrigues et al., 2017).

Por outro lado, o Polo Têxtil e de Confecções de Pernambuco se consolidou de forma espontânea através da criatividade e de estratégias da comunidade local, com menos incentivos públicos, diferente dos demais aglomerados produtivos têxteis (Milanês, 2024). Essa distinção entre polos induzidos por política estatal e polos formados de maneira autônoma constitui um elemento central para investigar se a origem do arranjo produtivo influencia o nível e o tipo de formalização do trabalho.

Nessa perspectiva, a Feira da Sulanca surgiu em Santa Cruz do Capibaribe através do aproveitamento de retalhos oriundos das indústrias têxteis e de confecções de Recife e São Paulo, usados por costureiras locais na produção de vestuários e cobertas para serem vendidos em feiras livres, entre 1950 e 1970. De início a fabricação era apenas artesanal, mas com a adoção de tecnologias e expansão da produção promoveu-se o crescimento do setor de confecção na Região (Burnett, 2013). No entanto, a formalização das atividades realizadas na Feira da Sulanca ocorreu apenas a partir dos anos 2000, passando a ser denominadas de Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco (Milanês, 2024). O processo tardio de formalização da atividade evidencia que o dinamismo econômico nem sempre se traduz imediatamente em regulação trabalhista, o que levanta questionamentos sobre a efetividade dos mecanismos de registro e fiscalização no setor.

O referido polo é formado principalmente pelos municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, os quais se diferenciam pela especialização na confecção de artigos de vestuário. Enquanto Toritama especializou-se na produção de jeans, Santa Cruz do Capibaribe direcionou sua produção mais em lingeries, apresentando maior desenvolvimento nos últimos anos, com a comercialização de seus produtos no Moda Center Santa Cruz, o maior shopping atacadista de confecções da América Latina. Por outro lado, Caruaru produz grande variedade de artigos e destaca-se por sua relevância na economia regional (SEBRAE, 2013). Essas especializações produtivas podem implicar diferentes padrões de contratação e formalização, tornando relevante investigar se determinadas cadeias do vestuário favorecem mais o emprego formal do que outras.

Todavia, essa produção está principalmente direcionada para o mercado local e regional, tendo como objetivo atender as necessidades de consumo da população com baixo poder de compra, indicando que o consumo dos produtos têxteis e de confecção depende da renda per capita, do emprego e do crescimento econômico do país. Nesse sentido, observa-se que a produção do Polo se caracteriza por apresentar demanda elástica, ou seja, é muito sensível a mudanças no poder aquisitivo da massa consumidora. Além disso, a maior parte da produção deste setor em Pernambuco é voltada para o consumo dos demais estados do país,

tendo participação tímida nas exportações (Viana, 2005). Essa alta sensibilidade às oscilações econômicas pode pressionar as empresas a adotar estratégias de flexibilização laboral, o que torna ainda mais importante compreender a resiliência do emprego formal em períodos de adversidade.

Dessa forma, o Polo Têxtil e de Confecções de Pernambuco já era composto por mais de 12 mil empresas, das quais apenas 8% eram formais em 2003, empregando cerca de 76 mil pessoas, com produção de 57,8 milhões de produtos ao mês e faturamento de R\$144 milhões no início dos anos 2000 (SEBRAE-PE, 2003) e de lá para os dias atuais só tem crescido. Estudos anteriores já indicavam uma tendência de queda do trabalho formal nas atividades produtivas de confecção, atribuída à terceirização da produção e ao alto grau de informalidade, especialmente nas micro e pequenas empresas do setor (Melo, 2000). Esses dados evidenciam um descompasso entre o peso econômico do Polo e a qualidade dos vínculos laborais, reforçando a necessidade de mensurar empiricamente a evolução do emprego formal no período analisado.

Entretanto, as empresas informais têm maiores custos na elaboração e garantia dos contratos, o que dificulta a atuação no mercado, enquanto as empresas formais do setor apresentam maior facilidade no acesso a fornecedores, compradores, tecnologia e ao crédito. Uma vez que, as atividades informais estão normalmente relacionadas a baixa produtividade, sonegação fiscal e principalmente a um grupo de pessoas que se encontram fora do mercado de trabalho formal (Ferreira e Vasconcelos, 2015). Sendo assim, compreender o grau de formalização do setor não apenas revela condições de trabalho, mas também sinaliza níveis de competitividade e sustentabilidade econômica das empresas envolvidas.

Nesse sentido, observa-se que as circunstâncias econômicas e os problemas estruturais impactaram negativamente a indústria têxtil e de confecções, assim como outros setores da manufatura, com elevados custos impostos às empresas e a valorização da moeda doméstica durante longo tempo. Resultando na perda de competitividade deste setor no mercado interno, devido a intensa inserção dos produtos externos no país, especialmente, da China (Pereira e Ferreira, 2020). Tais pressões externas podem forçar as empresas a optar por mecanismos de redução de custos via flexibilização das relações de trabalho, o que torna imprescindível investigar se o emprego formal tem se mantido ou se deteriorado nos últimos anos.

A breve revisão de literatura demonstra que a indústria têxtil e de confecções brasileira, e particularmente o Polo de Confecções de Pernambuco, que está localizado no Agreste de Pernambuco, possui trajetória histórica consolidada, significativa importância econômica e elevada participação na geração de emprego regional. No entanto, persiste um

elevado grau de informalidade nas micro e pequenas empresas, associado à terceirização, políticas fiscais diferenciadas e sensibilidade do setor às condições econômicas. Apesar de estudos apontarem tendências de formalização e expansão produtiva, ainda há lacuna quanto à análise sistemática do trabalho formal nas micro e pequenas empresas do polo, incluindo evolução temporal, distribuição por tamanho de estabelecimento e características socioeconômicas dos trabalhadores. Assim, este estudo se propõe a contribuir preenchendo essa lacuna, oferecendo uma análise empírica exploratória, portanto preliminar, do emprego formal entre 2012 e 2022, fortalecendo a compreensão sobre a dinâmica laboral em um setor estratégico para a economia de Pernambuco.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o trabalho formal nas micro e pequenas empresas da indústria têxtil e de confecção do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, com foco nos municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, durante o período de 2012 a 2022. A partir da abordagem metodológica descritiva e explicativa de Moura e Paiva (2018), que busca analisar e comparar o emprego formal nas micro e pequenas empresas frente às médias e grandes empresas da indústria têxtil do Estado do Ceará, através da descrição das características do mercado de trabalho formal e dos estabelecimentos por porte no setor, além da investigação dos aspectos que influenciam a formalização do emprego.

A pesquisa utiliza dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), fornecida pelo Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), que registra informações sobre vínculos formais de trabalho em empresas de todos os portes. A partir desses dados, são extraídas informações sobre o número de estabelecimentos por porte de empresa (micro, pequena, média e grande); o nível de emprego formal, analisando o número de trabalhadores contratados em cada porte de empresa ao longo do período analisado; e o perfil socioeconômico dos trabalhadores, considerando idade, gênero, escolaridade, função e remuneração.

A análise adotada é descritiva e explicativa. Na análise descritiva, são apresentados dados ao longo do tempo analisado, que mostram a evolução do emprego formal e do número de estabelecimentos no polo têxtil e de confecções, destacando diferenças entre micro e pequenas empresas e empresas de maior porte. Já a análise explicativa busca identificar

fatores que influenciam a formalização do trabalho, como políticas públicas, terceirização, porte da empresa e dinâmica do mercado regional.

O recorte temporal (2012-2022) foi escolhido por permitir observar mudanças estruturais recentes, ao mesmo tempo em que mantém a análise relevante para o contexto atual do emprego formal. A delimitação geográfica concentra-se no Polo Têxtil e de Confecções do Agreste de Pernambuco devido à sua relevância econômica e à concentração das atividades têxteis e de confecção nos municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama.

Ao combinar a análise de dados do emprego formal, indicadores de porte empresarial e características socioeconômicas dos trabalhadores, espera-se contribuir ainda que marginalmente com a temática, considerando que as micro e pequenas empresas são importantes para o desenvolvimento econômico regional.

4 ESTRUTURA PRODUTIVA E DINÂMICA DO EMPREGO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PERNAMBUCANA

A presente seção dedica-se à análise da estrutura produtiva e das dinâmicas laborais da indústria de transformação no Estado de Pernambuco, com ênfase na atuação diferenciada das micro e pequenas empresas (MPE) em relação às médias e grandes empresas (MGE). Inicialmente, examina-se a evolução do número de estabelecimentos industriais por porte e setor de atividade, identificando padrões de crescimento, retração e concentração produtiva. Em seguida, são investigadas as tendências do emprego formal, destacando os setores com maior capacidade de absorção de mão de obra ao longo da última década. Por fim, apresenta-se o perfil socioeconômico dos trabalhadores inseridos na indústria têxtil e de confecções, contemplando variáveis como sexo, faixa etária, escolaridade, tempo de serviço e remuneração, a fim de compreender os elementos estruturantes das relações de trabalho nesse segmento estratégico para a economia pernambucana.

Nas seções 4.1 e 4.2 a análise concentra-se apenas na indústria têxtil, mesmo a pesquisa focando no setor têxtil e de confecções. Isto ocorre em razão de os dados extraídos dos setores da indústria de transformação não apresentarem informações sobre o setor de confecções. Contudo, foram extraídos de forma separada os dados para estabelecimentos da indústria têxtil e de confecções do Estado de Pernambuco, segundo o porte e durante o período analisado. Os resultados revelam aumento apenas no número de empreendimentos

formais de micro e pequeno porte do setor têxtil e de confecções, passando de 2.691 unidades produtivas em 2012 para 2.726 em 2022, enquanto as médias e grandes empresas apresentaram declínio na participação de 28 (2012) para 25 (2022). O que reforça o dinamismo das micro e pequenas empresas do setor na economia local.

4.1 Evolução do Número de MPE e MGE na Indústria de Transformação no Estado de Pernambuco

A Tabela 1 mostra a trajetória de crescimento do número de indústrias formais abertas em Pernambuco entre 2012 e 2022, com ênfase para as micro e pequenas empresas que apresentaram crescimento de 15,47% na quantidade de indústrias, passando de 10.612 unidades produtivas para 12.254 durante o período de análise. Enquanto as MGE apresentaram um aumento pequeno de 298 estabelecimentos para 319, resultando em uma variação de apenas 7,05%. No entanto, observa-se que em 2017 ocorreu uma redução no número de estabelecimentos formais de médio e grande porte e em alguns setores de micro e pequeno porte da indústria de transformação no Estado, exceto nas indústrias metalúrgica, mecânica, de fumo, de produtos alimentícios e serviços de utilidade pública em relação às MPE.

Tabela 1: Número de estabelecimentos por porte na indústria de transformação em Pernambuco - 2012/ 2017/ 2022

Setor da indústria	2012		2017		2022		2012/2022					
	MPE		MGE		MPE		MGE		MPE		MGE	
	obs	(%)	obs	(%)	obs	(%)	obs	(%)	obs	(%)	Var (%)	Var (%)
Extrativa mineral	161	1,52	3	1,01	157	1,47	0	0,00	154	1,26	0	0,00
Indúst. minerais não metálicos	954	8,99	28	9,40	867	8,09	18	6,77	943	7,70	20	6,27
Indústria metalúrgica	809	7,62	22	7,38	891	8,32	15	5,64	976	7,96	20	6,27
Indústria mecânica	380	3,58	9	3,02	463	4,32	5	1,88	618	5,04	7	2,19
Indúst. mat. elét. comu.	147	1,39	9	3,02	157	1,47	6	2,26	196	1,60	9	2,82
Indúst. material transp.	130	1,23	9	3,02	135	1,26	18	6,77	175	1,43	23	7,21
Ind.madeira/ mobiliário	677	6,38	7	2,35	602	5,62	6	2,26	695	5,67	13	4,08
Ind. papel, papelão, gráf.	731	6,89	14	4,70	697	6,50	13	4,89	713	5,82	12	3,76
Ind.bor, fumo, couros, peles	426	4,01	5	1,68	444	4,14	5	1,88	480	3,92	4	1,25
Indústria química	612	5,77	50	16,78	576	5,38	44	16,54	643	5,25	54	16,93
Indústria têxtil	2709	25,53	28	9,40	2569	23,98	18	6,77	2755	22,48	25	7,84
Indústria de calçados	56	0,53	2	0,67	49	0,46	2	0,75	36	0,29	1	0,31
Ind. prod. alimentício, bebidas	2623	24,72	95	31,88	2878	26,86	86	32,33	3586	29,26	97	30,41
Serviços ind. de utilidade pública	197	1,86	17	5,70	230	2,15	30	11,28	284	2,32	34	10,66
Total	10612	100	298	100	10715	100	266	100	12254	100	319	100
												15,47
												7,05

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da BRASIL/MTE/RAIS (2012, 2017, 2022).

Nesse sentido, verifica-se uma redução tímida na participação das indústrias têxteis de micro e pequeno porte no setor industrial, mesmo apresentando aumento no número de empresas, passando de 25,53% em 2012 para 22,48% em 2022, com variação de 1,70%, enquanto às médias e grandes empresas apresentam uma queda maior na participação, passando de 9,40% para 7,84% no período estudado, sofrendo variação negativa de 10,71%. Contudo, Pernambuco registrou em 2022, 2.780 indústrias têxteis, das quais 99,10% correspondem a micro e pequenas empresas, enquanto apenas 0,90% são consideradas de médio e grande porte.

Assim, de acordo com o crescimento relativo do número de estabelecimentos industriais de micro e pequeno porte, verifica-se um aumento significativo na participação da indústria de produtos alimentícios nas unidades produtivas de menor porte de 24,72% em 2012 para 29,26% em 2022, uma variação de 36,71%. Enquanto as MGE sofreram redução na participação de indústrias, passando de 31,88% para 30,41%, resultando em variação de 2,11%.

Ademais a indústria metalúrgica apresenta crescimento modesto na participação de estabelecimentos de micro e pequeno porte, passando de 7,62% em 2012 para 7,96% em 2022, resultando em variação de 20,64%. Em contrapartida, as médias e grandes empresas apresentaram redução no número de indústrias de 7,38% para 6,27% durante o intervalo de dez anos analisado, sofrendo declínio na variação de 9,09%.

Na indústria de material eletrônico e comunicação observa-se um aumento na quantidade de MPE de 1,39% para 1,60% entre 2012 e 2022, com crescimento de 33,33%. Enquanto as MGE mantiveram o número de unidades produtivas de 2012 para 2022, embora sua participação na indústria de transformação tenha reduzido de 3,02% para 2,82%. Por outro lado, o setor industrial de material de transporte apresentou aumento na participação do número de estabelecimentos de micro e pequeno porte, de 1,23% em 2012 para 1,43% em 2022, resultando em variação de 34,62%, no entanto as médias e grandes empresas apresentaram maior participação, passando de 3,02% para 7,21% no período de análise, sofrendo variação de 155,56%.

Embora o setor industrial químico tenha aumentado o número de estabelecimentos de menor porte de 2012 para 2022, sua participação reduziu de 5,77% para 5,25%, apresentando variação de 5,07%. Em contrapartida, as MGE aumentaram a participação relativa de 16,78% em 2012 para 16,93% em 2022, implicando em crescimento de 8%. Nesse contexto, os dados revelam que apesar do aumento no número de empreendimentos de alguns setores a sua

participação na indústria de transformação reduziu, principalmente nas MPE, com destaque para o setor têxtil.

Os resultados indicam a intensa concentração industrial nas micro e pequenas empresas do Estado de Pernambuco em 2022, representando 97,46% dos estabelecimentos da base da atividade industrial, enquanto as médias e grandes empresas correspondem a apenas 2,54% do total. Esta concentração pode ser explicada pelas livres barreiras à entrada destas empresas no mercado, e principalmente, pela atuação das MPE em setores tradicionais, a exemplo da indústria têxtil, que tem participação significativa na quantidade de estabelecimentos no Estado. Esses resultados corroboram com os de Silva Filho et al. (2010).

Dessa forma, a pesquisa ressalta a importância do setor industrial para a economia do Estado, principalmente da indústria de alimentos e bebidas, além da indústria têxtil, que são as maiores empregadoras de mão de obra em Pernambuco.

4.2 Evolução do Emprego Formal na Indústria de Transformação, MPE e MGE - Pernambuco

A Tabela 2 demonstra, a partir da análise do trabalho formal na indústria de transformação, que em 2012 o setor têxtil empregava a maior parte da mão de obra, concentrando 23,69% do emprego formal registrado nas micro e pequenas empresas. No entanto, apresenta queda relativa na participação em 2022 para 20,47%. Em virtude do crescimento de setores intensivos em capital como a indústria mecânica com variação de 46,88%, o setor de material de transporte com 27,09%, o de produtos alimentícios e bebidas com 25,69%, e o de serviços industriais de utilidade pública que apresentaram o maior aumento (58,64%).

Tabela 2: Número de trabalhadores por setor da indústria de transformação, segundo o porte, em Pernambuco - 2012/ 2017/ 2022

Setor da indústria	2012				2017				2022				2012/2022	
	MPE		MGE		MPE		MGE		MPE		MGE		MPE	MGE
	obs	(%)	obs	(%)	obs	(%)	obs	(%)	obs	(%)	obs	(%)	Var (%)	Var (%)
Extrativa mineral	2215	2,22	577	0,38	1596	1,80	0	0,00	1878	1,84	0	0	-15,21	-100,00
Indústria minerais não metálicos	13338	13,34	7068	4,66	10485	11,80	5049	3,60	10887	10,67	5739	3,81	-18,38	-18,80
Indústria metalúrgica	6634	6,63	6275	4,14	5716	6,43	4127	2,94	7350	7,20	5287	3,51	10,79	-15,75
Indústria mecânica	3507	3,51	4177	2,75	3798	4,27	1361	0,97	5151	5,05	1612	1,07	46,88	-61,41
Indúst. mat. elét. comu.	1620	1,62	3518	2,32	1429	1,61	2833	2,02	1988	1,95	5546	3,68	22,72	57,65
Indúst. material transp.	1314	1,31	8183	5,39	1664	1,87	16238	11,56	1670	1,64	13694	9,10	27,09	67,35
Ind.madeira/ mobiliário	6001	6,00	1338	0,88	4045	4,55	1306	0,93	4554	4,46	2386	1,59	-24,11	78,33
Ind. papel, papelão, gráf.	5219	5,22	5625	3,71	4495	5,06	4478	3,19	4448	4,36	3713	2,47	-14,77	-33,99
Ind. bor, fumo,couros, peles	2857	2,86	946	0,62	2845	3,20	1228	0,87	1812	1,78	2427	1,61	-36,58	156,55
Indústria química	8223	8,22	18005	11,87	7559	8,50	17141	12,21	7829	7,67	22194	14,75	-4,79	23,27
Indústria têxtil	23683	23,69	6059	3,99	19998	22,50	4762	3,39	20887	20,47	5293	3,52	-11,81	-12,64
Indústria de calçados	606	0,61	1295	0,85	357	0,40	1843	1,31	182	0,18	1175	0,78	-69,97	-9,27
Ind. prod. alimentício, bebidas	22463	22,47	73252	48,29	22438	25,24	63175	44,98	28233	27,67	66394	44,11	25,69	-9,36
Serviços ind. de utilidade pública	2309	2,31	15378	10,14	2458	2,77	16897	12,03	3663	3,59	16551	11,00	58,64	7,63
Total	99989	100	151696	100	88883	100	140438	100	102029	100	150514	100	2,04	-0,78

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da BRASIL/MTE/RAIS (2012, 2017, 2022).

No tocante às médias e grandes empresas da indústria têxtil, observa-se uma redução no número de vínculos de 3,99% para 3,52% durante o período de análise, uma variação negativa de 12,64%. Em contrapartida, a indústria de fumo, couros e pele apresentou o maior crescimento do emprego formal nas MGE, de 156,55%, passando de 0,62% em 2012 para 1,61% em 2022. Sendo o setor de produtos alimentícios e bebidas o que mais emprega nas MGE em ambos os anos investigados. Sendo resultado da reestruturação industrial que concentrou as atividades produtivas têxteis nas grandes empresas e reduziu o emprego no setor (Kon e Coan, 2005).

De acordo com os resultados, em 2022, as MPE concentram cerca de 40,40% do emprego formal da indústria de transformação do Estado de Pernambuco. Além de apresentarem crescimento de 2,04% no número de empregados durante o período de estudo, com ênfase para os setores de produtos alimentícios, bebidas e têxtil, que empregam a maior quantidade de mão de obra. Enquanto as MGE apresentam a maior concentração de empregados (59,60%), mesmo tendo apresentado queda relativa de 0,73% no número de trabalhadores de 2012 para 2022.

Entretanto, em 2017 observou-se uma tendência de redução na quantidade de vínculos empregatícios na maioria dos setores da indústria de transformação no Estado, independente do porte. Isso pode ter relação com a crise asiática de 2014-2015¹, além da crise política interna. Enfim, cenário desafiador tanto externa como internamente. Mesmo assim, verificou-se um aumento tímido no número total de empregados formais por segmento de atividade econômica, passando de 251.685 indivíduos ocupados em 2012, para 252.543 ocupados em 2022.

Nesse contexto, os dados levantados pela pesquisa revelam que a indústria têxtil, setor alvo desta pesquisa, era a maior empregadora da indústria de transformação em Pernambuco no ano de 2012 nas MPE. No entanto, perdeu colocação para o setor de alimentos e bebidas em 2022, tornando-se a segunda maior indústria geradora de emprego nas empresas de pequeno porte do Estado. Estes resultados indicam que as políticas de incentivos para a industrialização da Região Nordeste promoveram o desenvolvimento econômico regional através da indústria em estados específicos, a exemplo de Pernambuco. Nesta perspectiva, Silva Filho et al. (2010), já destacavam que a recuperação da economia colabora para o

¹ A “crise asiática de 2014–2015” refere-se essencialmente a desaceleração da China, aliada ao crash da bolsa chinesa e desvalorização do yuan, fenômenos que se espalharam por mercados do mundo todo e contribuíram para fortes turbulências financeiras, especialmente em economias emergentes como o Brasil (Silva, 2015).

desempenho do mercado de trabalho formal, mesmo que de forma mais lenta nas regiões menos desenvolvidas do Nordeste.

4.3 Perfil Socioeconômico dos Empregados nas MPE e MGE da Indústria Formal Têxtil e de Confecções Pernambucana

4.3.1 Sexo dos Trabalhadores

A Tabela 3 apresenta os dados desagregados por sexo na indústria têxtil e de confecções de Pernambuco, revelando a predominância da participação feminina empregada nas micro e pequenas empresas, de 55,84% contra 44,16% do gênero masculino em 2012. Enquanto nas MGE 56,49% dos empregados do setor eram homens e 43,51% mulheres em 2012. Entretanto, em 2017 a participação feminina nas MPE apresentou queda relativa, passando para 51,37%, enquanto a proporção de trabalhadores homens aumentou para 48,63%. Já nas empresas de médio e grande porte a distribuição de empregados mostrou-se praticamente proporcional, com 50,99% sendo do gênero feminino e 49,01% homens.

Tabela 3: Número de empregados por sexo na indústria têxtil e de confecções (por porte), em Pernambuco - 2012/2017/2022

Gênero	2012				2017				2022			
	MPE		MGE		MPE		MGE		MPE		MGE	
	obs	(%)	obs	(%)	obs	(%)	obs	(%)	obs	(%)	obs	(%)
Masculino	10335	44,16	3423	56,49	9646	48,63	2334	49,01	10703	51,72	2990	56,49
Feminino	13069	55,84	2636	43,51	10188	51,37	2428	50,99	9993	48,28	2303	43,51
Total	23404	100	6059	100	19834	100	4762	100	20696	100	5293	100

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da BRASIL/MTE/RAIS (2012, 2017, 2022).

Todavia, a participação das mulheres empregadas nas MPE apresenta redução para 48,28%, enquanto a proporção de homens aumenta para 51,72% no setor têxtil e de confecções formal em 2022. Em contrapartida, as MGE apresentaram em 2022 a mesma participação de 2012 em ambos os sexos, apesar da redução no número de trabalhadores do setor durante o intervalo citado. Segundo Bezerra (2020), a redução da participação das

mulheres no mercado de trabalho formal no setor têxtil e de confecções de Pernambuco está associada principalmente a migração feminina para a informalidade, dado a flexibilidade das atividades informais, por permitir conciliar melhor a dupla jornada de trabalho exercida pela maioria das mulheres. Uma vez que os cuidados domésticos e com os filhos ainda são associados principalmente à figura feminina, enquanto os homens optam pela estabilidade financeira.

Os resultados revelam uma queda significativa no número de empregados formais na indústria têxtil e de confecções de Pernambuco independente do porte dos estabelecimentos de 2012 para 2022. Além de ressaltar o crescimento da participação masculina no setor durante o período de análise, apresentando em 2022 concentração dos trabalhadores do sexo masculino nas MPE e MGE.

Entretanto, este estudo demonstrou resultados diferentes em comparação à literatura de Silva Filho e Queiroz (2011), que apresentou aumento da participação feminina na indústria têxtil do Ceará, enquanto a mão de obra masculina reduziu no setor. Naturalmente, apesar de curioso, isso não chega a ser uma contradição, tendo em vista que os estados possuem dinâmicas de trabalho diferenciadas.

4.3.2 Faixa Etária

A Tabela 4 demonstra que a variável idade apresentou maior frequência na faixa etária entre 30 e 39 anos, com a maior participação nos vínculos empregatícios formais tanto nas micro e pequenas empresas quanto nas médias e grandes empresas da indústria têxtil e de confecções de Pernambuco durante o período estudado, representando em média 30,35% do total de empregados. Nesse sentido, percebe-se em 2012 uma participação significativa de empregados entre 18 e 24 anos nas MPE e MGE do setor, de respectivamente 27,02% e 24,23%, o que indica uma força de trabalho mais jovem.

Tabela 4: Total de empregados na indústria têxtil e de confecções (por porte), segundo faixa etária, em Pernambuco - 2012/ 2017/ 2022

Faixa etária	2012		2017		2022	
	MPE		MGE		MPE	
	obs	(%)	obs	(%)	obs	(%)
Até 17 anos	377	1,61	61	1,01	73	0,37
					27	0,57
					75	0,36
					18	0,34

18 a 24 anos	6324	27,02	1468	24,23	3979	20,06	968	20,33	3786	18,29	924	17,46
25 a 29 anos	4875	20,83	1161	19,16	3956	19,95	808	16,97	3735	18,05	920	17,38
30 a 39 anos	6589	28,15	1713	28,27	6471	32,63	1489	31,27	6579	31,79	1546	29,21
40 a 49 anos	3540	15,13	1122	18,52	3505	17,67	988	20,75	4234	20,46	1163	21,97
50 a 64 anos	1663	7,11	519	8,57	1779	8,97	466	9,79	2198	10,62	695	13,13
65 ou mais	36	0,15	15	0,25	70	0,35	16	0,34	89	0,43	27	0,51
ignorado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	23404	100	6059	100	19833	100	4762	100	20696	100	5293	100

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da BRASIL/MTE/RAIS (2012, 2017, 2022).

Todavia em 2017, a participação de empregados no setor têxtil e de confecções apresentou queda relativa entre a faixa etária de 17 a 29 anos independente do porte da indústria. Enquanto a proporção de trabalhadores de 30 a 65 anos ou mais demonstrou crescimento nas MPE e MGE.

Em 2022, a tendência de envelhecimento da mão de obra empregada na indústria têxtil e de confecções se intensificou, principalmente no intervalo de 50 a 64 anos de idade, apresentando crescimento significativo comparado a 2012, passando de 7,11% para 10,62% nas MPE e de 8,57% para 13,13% nas MGE. Em contrapartida, a participação dos empregados mais jovens no setor manteve-se em declínio, com destaque para a faixa etária de até 17 anos que reduziu drasticamente de 2012 para 2022 independente do porte, passando de 1,61% para 0,36% (MPE) e de 1,01% para 0,34% (MGE).

Nesse contexto, a redução do trabalho infantil ocorreu principalmente em função de políticas sociais adotadas pelo Governo para garantir o direito à infância e educação das crianças e adolescentes, através de programas de transferência de renda como o Bolsa Família, que visa reduzir a pobreza e aumentar o acesso à educação de pessoas em situação de vulnerabilidade social (Moura e Paiva, 2018). Enquanto o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) atua justamente no combate ao trabalho infantil.

A faixa etária que menos emprega nas micro e pequenas empresas e médias e grandes empresas da indústria têxtil e de confecções em Pernambuco é a de 65 anos ou mais, representando em 2012 (0,40%) dos empregados e em 2022 (0,94%). Apesar do crescimento significativo durante o período de análise, esta participação ainda é muito baixa, evidenciando a seletividade nas oportunidades de emprego no setor.

4.3.3 Grau de Instrução

A Tabela 5 revela que o nível de escolaridade apresenta concentração de empregados com ensino médio completo tanto nas empresas de micro e pequeno porte como nas de médio e grande porte da indústria têxtil e de confecções no período investigado. Além de apresentar crescimento significativo, passando de 47,26% em 2012 para 63,78% em 2022 nas MPE, enquanto nas MGE passou de 56,30% em 2012 para 71,70% em 2022. Indicando uma tendência de maior participação da mão de obra qualificada nas atividades produtivas. Convém ressaltar novamente que este recorte é somente para o setor formal, pois no setor informal cogita-se que o nível de escolaridade seja muito mais baixo.

Tabela 5: Total de empregados na indústria têxtil e de confecções (por porte), segundo o grau de instrução, em Pernambuco - 2012/ 2017/ 2022

Escolaridade	2012		2017		2022	
	MPE		MGE		MPE	
	obs	(%)	obs	(%)	obs	(%)
Analfabeto	178	0,76	37	0,61	125	0,63
Até 5 incompleto	870	3,72	99	1,63	806	4,06
5 completo fundamental	1137	4,86	151	2,49	663	3,34
6 a 9 fundamental	3189	13,63	472	7,79	2043	10,30
Fundamental completo	3730	15,94	742	12,25	2224	11,21
Médio incompleto	2758	11,78	764	12,61	2025	10,21
Médio completo	11060	47,26	3411	56,30	11284	56,89
Superior incompleto	230	0,98	142	2,34	272	1,37
Superior completo	249	1,06	238	3,93	386	1,95
Mestrado	3	0,01	2	0,03	6	0,03
Doutorado	0	0,00	1	0,02	0	0,00
Ignorado	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Total	23404	100	6059	100	19834	100	4762	100	20696	100	5293	100
-------	-------	-----	------	-----	-------	-----	------	-----	-------	-----	------	-----

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da BRASIL/MTE/RAIS (2012, 2017, 2022).

Por outro lado, as micro e pequenas empresas do setor apresentaram redução relativa na participação de empregados com nível de escolaridade até o ensino médio incompleto, passando de 50,69% em 2012 para 32,25% em 2022, representando uma queda de 11.862 trabalhadores em 2012 para 6.672 em 2022, uma variação negativa de 43,75%. A categoria de analfabetos, que representam a menor proporção de empregados na indústria têxtil e de confecções, passou de 0,76% para 0,66% no período considerado.

Nas empresas de médio e grande porte também se verificou queda no número de empregados com grau de instrução até ensino médio incompleto, de 37,38% em 2012 para 20,14% em 2022. Sendo de 2.265 trabalhadores para 1.066, uma variação negativa de 52,93%. Todavia, observa-se a partir do ano de 2017 que independente do porte da indústria há uma tendência de redução da participação de trabalhadores com nível de escolaridade até o ensino médio incompleto, enquanto que do ensino médio completo ao superior completo demonstra-se crescimento na proporção de empregados no setor.

Assim, os resultados revelam que em média 59,72% dos empregados da indústria têxtil e de confecções concentram-se no ensino médio completo. Em contrapartida, os níveis de escolaridade mais elevados apresentaram participação considerável, exceto as categorias de mestrado e doutorado, com ênfase para ensino superior completo de 1,06% em 2012 para 2,23% em 2022 nas MPE, contra 3,93% em 2012 para 6,10% em 2022 nas MGE.

4.3.4 *Tempo de Serviço*

A Tabela 6 demonstra que o tempo de permanência dos trabalhadores empregados na indústria têxtil e de confecções de Pernambuco em 2012, tanto nas micro e pequenas empresas como nas médias e grandes empresas, apresentaram concentração de trabalhadores com menos de 1 ano de serviço, representado 38,82% nas MPE e 35,58% nas MGE. Contudo, em 2022 demonstraram redução expressiva na participação em todos os portes do setor, passando para 28,39% nas MPE e 18,59% nas MGE.

Tabela 6: Distribuição dos trabalhadores na indústria têxtil e de confecções (por porte), segundo tempo de serviço, em Pernambuco - 2012/ 2017/ 2022

Tempo de serviço	2012	2017	2022
------------------	------	------	------

	MPE		MGE		MPE		MGE		MPE		MGE	
	obs	(%)	obs	(%)	obs	(%)	obs	(%)	obs	(%)	obs	(%)
Menos de 1 ano	9084	38,82	2156	35,58	5376	27,11	1127	23,67	5875	28,39	984	18,59
1 a menos de 3 anos	8077	34,51	1765	29,13	5653	28,50	1325	27,83	6733	32,53	1793	33,87
3 a menos de 5 anos	3103	13,26	864	14,26	3802	19,17	1102	23,15	2965	14,33	931	17,59
5 ou mais	3139	13,41	1274	21,03	5002	25,22	1207	25,35	5122	24,75	1585	29,95
Ignorado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	23403	100	6059	100	19833	100	4761	100	20695	100	5293	100

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da BRASIL/MTE/RAIS (2012, 2017, 2022).

Os resultados evidenciam que os trabalhadores empregados nas MPE estão mais propensos a ficarem desempregados, uma vez que, em 2022 (60,92%) encontravam-se nas faixas de menos de 1 ano e de 1 a menos de 3 anos de permanência no serviço. Enquanto as MGE representavam 52,46% dos trabalhadores. Segundo Moura e Paiva (2018), essa rotatividade da mão de obra no setor é causada pelas novas formas de produção e contratação, através da flexibilização das atividades produtivas, principalmente nas MPE, devido a maior necessidade de estratégias para permanecerem competitivas no mercado.

Contudo, a rotatividade da mão de obra apresentou redução durante o período de análise, com crescimento significativo dos trabalhadores que permaneciam empregados por 5 anos ou mais na indústria têxtil e de confecções, independente do porte, apresentando participação de 13,41% em 2012 contra 24,75% em 2022 nas MPE. Enquanto nas MGE passou de 21,03% para 29,95% no período analisado.

4.3.5 Remuneração dos Trabalhadores

A Tabela 7 indica que a remuneração apresentou concentração dos empregados na faixa de rendimentos de mais de 1 a 2 salários mínimos em todos os portes da indústria têxtil e de confecções em Pernambuco, apesar do declínio na participação, passando de 91,24% em 2012 para 87,10% em 2022 nas MPE, enquanto nas MGE passou de 82,77% para 78,61% no período analisado.

Tabela 7: Total de empregados nas MPE e MGE industriais do setor têxtil e de confecções, segundo faixa de remuneração, em Pernambuco - 2012/ 2017/ 2022

Renda	2012				2017				2022			
	MPE		MGE		MPE		MGE		MPE		MGE	
	obs	(%)	obs	(%)	obs	(%)	obs	(%)	obs	(%)	obs	(%)
Até 01 salário	1426	6,14	232	3,88	1086	5,56	306	6,50	1990	10,54	348	7,26
Mais de 01 a 02 sm	21198	91,24	4954	82,77	17848	91,43	3695	78,53	16451	87,10	3768	78,61
Mais de 02 a 03 sm	415	1,79	377	6,30	417	2,14	362	7,69	321	1,70	331	6,91
Mais de 03 a 05 sm	126	0,54	264	4,41	119	0,61	198	4,21	62	0,33	183	3,82
Mais de 05 a 10 sm	52	0,22	118	1,97	38	0,19	111	2,36	40	0,21	115	2,40
Mais de 10 a 20 sm	15	0,06	26	0,43	9	0,05	23	0,49	22	0,12	38	0,79
Mais de 20 sm	2	0,01	14	0,23	3	0,02	10	0,21	2	0,01	10	0,21
Sem declaração	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	23234	100	5985	100	19520	100	4705	100	18888	100	4793	100

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da BRASIL/MTE/RAIS (2012, 2017, 2022).

Por outro lado, a proporção de empregados que recebem até 1 salário mínimo aumentou significativamente de 2012 para 2022, passando de 6,14% para 10,54% nas MPE, e de 3,88% para 7,26% nas MGE. No entanto, os trabalhadores que ganham acima de 2 salários mínimos apresentaram redução tímida nas faixas de remuneração mais elevadas das empresas de menor porte do setor industrial têxtil e de confecções, passando de 2,62% para 2,37%. Enquanto as MGE mostraram crescimento de 13,34% em 2012 para 14,13% em 2022.

Nesse sentido, nas MPE em 2012 os empregados que recebiam mais de 3 salários mínimos correspondiam a apenas 0,83% dos vínculos ativos da indústria têxtil e de confecções do Estado, reduzindo para 0,67% em 2022. Em compensação, nas MGE houve um aumento na proporção de trabalhadores que ganhavam acima de três salários, passando de 7,04% em 2012 para 7,22% em 2022.

Diante dos dados observados, constata-se o empobrecimento dos trabalhadores da indústria têxtil e de confecções Pernambucana nas duas últimas décadas, em função

principalmente do aumento significativo da participação de empregados que recebem até um salário mínimo nas MPE e MGE, assim como pela concentração de mão de obra na faixa de remuneração de até dois salários. Além da redução no número de vínculos com rendimentos acima de 3 salários mínimos nas micro e pequenas empresas.

Assim, como já colocavam Silva Filho et al. (2010), a desestruturação do mercado de trabalho tem se intensificado, revelando-se no aumento do desemprego, da rotatividade de mão de obra e principalmente na tendência de queda da participação da massa salarial no PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro.

Nesse contexto, Silva e Queiroz (2011) apresentaram resultados similares para o Ceará, ao analisar a faixa de remuneração dos empregados para os anos de 1998 e 2008, verificando que a remuneração dos trabalhadores da indústria têxtil é baixa, mesmo com o crescimento da mão de obra qualificada.

Contudo, para se ter uma noção da diferença salarial entre homens e mulheres no setor têxtil e de confecções do Estado, foi realizado uma desagregação dos dados por gênero, considerando o porte da empresa e os anos de 2012 e 2022. Os resultados demonstram intensa concentração tanto de homens quanto de mulheres na faixa salarial de mais de 1 a 2 salários mínimos, independente do porte da empresa no período analisado. Apesar de apresentar redução na participação, representando em média 84,74% dos trabalhadores homens e 86,73% das mulheres empregadas no setor em 2022.

Além disso, observou-se a relativa redução da participação masculina nas faixas de remuneração acima 2 salários em todos os portes da indústria, passando de 2,44% em 2012 para 1,94% em 2022. Enquanto a participação feminina apresenta diminuição nas faixas de rendimentos superiores apenas nas micro e pequenas empresas, mesmo assim em média ainda representa uma proporção menor na distribuição de renda acima de 2 salários, passando de 1,17% em 2012 para 1,50% em 2022.

Nesse sentido, os dados destacam que as mulheres têm maiores oportunidades de crescimento profissional nas médias e grandes empresas da indústria têxtil e de confecções de Pernambuco, dado o aumento significativo da remuneração feminina nestes empreendimentos durante o período de análise. Assim, os resultados evidenciam a persistência da desigualdade salarial por gênero no setor, com forte concentração das mulheres nas faixas de remuneração mais baixas na última década.

4.4 Discussão dos Resultados

A análise da estrutura produtiva da indústria de transformação pernambucana entre 2012 e 2022 evidencia a predominância absoluta das micro e pequenas empresas (MPE), tanto em número de estabelecimentos quanto na capacidade de absorção de mão de obra em determinados setores. Esse resultado confirma o que Kon e Coan (2005) já indicavam sobre a centralidade das relações de trabalho para o dinamismo do setor têxtil desde o século XX. Entretanto, ao contrário do protagonismo exercido pelas grandes indústrias no passado, o atual cenário pernambucano revela uma reconfiguração produtiva marcada pela pulverização empresarial e pela ascensão de unidades de pequeno porte, especialmente no setor têxtil e de confecções. Tal processo se alinha à tendência de terceirização e especialização produtiva observada por Viana (2005), em que a fragmentação da cadeia produtiva surge como resposta estratégica à pressão competitiva, ainda que à custa de maior heterogeneidade nas formas de contratação.

A terceirização no contexto brasileiro se intensificou com a reestruturação produtiva e as políticas de abertura comercial implementadas a partir da década de 1990, tornando-se instrumento essencial na flexibilização das atividades produtivas, permitindo que as empresas reduzam seus custos operacionais e consequentemente enfraqueçam as organizações coletivas trabalhistas, promovendo a precarização das condições de trabalho e a redução salarial. Esse processo favorece a informalidade principalmente em setores específicos, como é o caso do setor têxtil e de confecções no Estado de Pernambuco, que atua predominantemente na informalidade, adotando a terceirização da produção através de facções locais ou costureiras domiciliares. Este modelo de produção promove a migração da mão de obra formal para a informalidade no setor têxtil e de confecções, principalmente, entre as mulheres, em razão da flexibilização do trabalho permitir conciliar o trabalho com as atividades domésticas e o cuidado com o lar (Bezerra et al., 2020).

Contudo, o crescimento expressivo das MPE não implica necessariamente maior formalização das relações de trabalho. Os dados revelam que embora haja aumento do número de vínculos formais em determinados anos, sobretudo nos períodos de expansão econômica, esse movimento é instável e sensível a oscilações conjunturais. Essa volatilidade reforça a leitura de Moura e Paiva (2018) sobre a modernização produtiva no Nordeste, baseada em incentivos fiscais e mão de obra barata, que, apesar de atrair empresas, não garantiu automaticamente a melhoria das condições laborais. No caso específico de Pernambuco, a consolidação espontânea do Polo Têxtil e de Confecções do Agreste, como apontado por Milanês (2024), contribuiu para um crescimento econômico expressivo, porém sustentado por bases frágeis de regulamentação trabalhista.

A comparação com o Polo Têxtil do Ceará, discutida por Rodrigues et al. (2017), evidencia como o tipo de arranjo produtivo influencia a formalização. Enquanto o Ceará seguiu um modelo mais induzido por políticas estatais e articulações institucionais, Pernambuco desenvolveu seu polo por vias informais, baseadas em redes familiares e estratégias de sobrevivência econômica. Isso explica porque, mesmo com expansões relevantes na produção e no número de empresas, a formalização do emprego avança de forma mais lenta e desigual. Os dados confirmam esse padrão ao mostrar maior presença de vínculos formais nas médias e grandes empresas, ao passo que as MPE sustentam grande parte da ocupação do setor, mas com menor proporção de registros trabalhistas.

Essa dualidade estrutural expressa o que Ferreira e Vasconcelos (2015) descrevem como uma barreira institucional à formalização nas empresas informais, que enfrentam maiores custos para operar dentro da legalidade e, consequentemente, permanecem presas a regimes de baixa produtividade e subcontratação. O setor têxtil e de confecções pernambucano exemplifica esse paradoxo: é simultaneamente um motor econômico e um espaço de precarização laboral.

A presença significativa de trabalhadores com baixa escolaridade e remuneração inferior à média industrial sugere que o padrão histórico de trabalho intensivo em mão de obra persiste, ainda que sob novas formas contratuais. Assim, o avanço tecnológico descrito por Kon e Coan (2005) parece conviver com bolsões de trabalho manual e mal remunerado, revelando uma modernização incompleta. Por outro lado, esse aspecto pode ter relação com o lento e gradual processo de desindustrialização brasileiro, verificado por Santos (2025) para os estados do Ceará, Pernambuco e Bahia no setor têxtil e de confecções.

Outro aspecto revelado pelos dados é a forte concentração de mulheres nas atividades formais do setor têxtil e de confecção, o que reforça o caráter historicamente feminizado dessas ocupações, já apontado por estudos sobre a Feira da Sulanca (Burnett, 2013). No entanto, a presença feminina não se traduz automaticamente em melhores condições de trabalho, uma vez que a diferença salarial por gênero e a concentração em faixas salariais mais baixas persistem. Isso sugere que a formalização é necessária, mas insuficiente como estratégia de inclusão produtiva, sendo preciso considerar também a qualidade dos vínculos e a existência de mecanismos de proteção social efetivos.

Por fim, os resultados demonstram que a expansão do setor têxtil e de confecções em Pernambuco mantém forte dependência do mercado interno e da renda disponível da população consumidora, conforme apontado por Viana (2005). Tal sensibilidade torna o setor

especialmente vulnerável a crises econômicas, o que pode explicar as retrações observadas em anos específicos.

Em um cenário de competição internacional intensa, como discutido por Pereira e Ferreira (2020), os efeitos combinados da pressão competitiva externa e da informalidade interna criam um ambiente desafiador para a sustentabilidade do emprego formal. Assim, os dados indicam que o crescimento produtivo recente do Polo Têxtil e de Confecções não deve ser interpretado apenas como sinal de dinamismo econômico, mas também como oportunidade para repensar os instrumentos de formalização e proteção laboral que garantam maior equilíbrio entre competitividade e dignidade do trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar o trabalho formal nas pequenas e micro empresas do Polo Têxtil e de Confecções de Pernambuco entre os anos de 2012 e 2022, considerando as características socioeconômicas dos empregados. Indicando através dos resultados, que mesmo com o elevado grau de informalidade presente nestas atividades, as micro e pequenas empresas formais do setor desempenham papel importante na economia local e regional, com a geração de postos de trabalho formal e renda.

O estudo demonstra que o processo de reestruturação produtiva no Brasil a partir da década de 1990 impactou positivamente a industrialização do Nordeste, através da desconcentração industrial e incentivos fiscais destinados ao setor, em particular, o Estado de Pernambuco. Nesse sentido, os principais resultados apontam crescimento expressivo no número de estabelecimentos da indústria de transformação pernambucana na última década, apresentando intensa concentração das micro e pequenas empresas. No entanto, apesar da predominância das MPE na capacidade de absorção de mão de obra em determinados setores, as médias e grandes empresas ainda são as maiores empregadoras da indústria, mesmo apresentando redução na participação.

Ademais, verificou-se baixo crescimento do emprego formal industrial, que se restringiu apenas às empresas de micro e pequeno porte. Concentrando os postos de trabalho em setores específicos, como o setor têxtil, que é alvo desta pesquisa. Entretanto, a indústria têxtil que é a segunda maior empregadora das MPE industriais de Pernambuco, apresentou aumento no número de estabelecimentos e redução na quantidade de vínculos empregatícios nas micro e pequenas empresas do setor. Essa retração está principalmente associada à sua

base produtiva, que enfrenta dificuldades no processo de modernização das atividades de produção, adotando tendência de terceirização dos serviços e, consequentemente, promovendo a precarização do trabalho formal, de modo a perder competitividade no mercado doméstico frente à concorrência informal e estrangeira.

A análise também revela a intensa concentração de mulheres nas atividades formais do setor têxtil e de confecções do Estado, apesar da redução da participação feminina no período analisado, o que ressalta a segregação ocupacional de um setor historicamente feminino. Contudo, com o aumento da proporção de homens, o setor apresentou predominância de empregados do gênero masculino. Já em relação à faixa etária dos empregados, verificou-se o envelhecimento gradual da força de trabalho, com a queda da participação de jovens entre 18 e 29 anos e o crescimento significativo de trabalhadores acima de 40 anos. Além disso, o tempo de permanência dos empregados demonstrou crescimento expressivo dos vínculos empregatícios de cinco anos ou mais, principalmente nas MPE. Tais resultados podem indicar um processo de maior estabilidade e consolidação da formalização laboral.

Nesse sentido, os dados mostram uma tendência de crescimento da mão de obra qualificada nas empresas do setor têxtil e de confecções, a partir do aumento da participação de trabalhadores com níveis de escolaridade mais elevados. No entanto, ainda há baixa presença de empregados com ensino superior e predominância de vínculos empregatícios com apenas ensino médio completo. Esses resultados refletem na baixa remuneração da mão de obra empregada no setor, que apresenta forte concentração de trabalhadores recebendo até dois salários mínimos. O que indica a persistência do modelo tradicional de trabalho intensivo em mão de obra, mesmo com as novas formas de contratação.

Dessa forma, a pesquisa destaca que o Polo Têxtil e de Confecções de Pernambuco é um importante vetor de desenvolvimento econômico, mas enfrenta desafios estruturais persistentes que afetam sua competitividade no mercado, especialmente, entre as empresas formais de micro e pequeno porte. Entre os principais desafios está a precarização das atividades laborais formais, que se refletem na baixa remuneração e nível educacional dos trabalhadores. Assim, apesar da relativa estabilidade da indústria têxtil e de confecções, verifica-se que a modernização produtiva não resultou necessariamente em melhores condições de emprego no setor, mesmo com tendência de reconfiguração dos postos de trabalho, seletividade de mão de obra e menor rotatividade do emprego. Tais resultados sinalizam a necessidade de políticas públicas direcionadas à qualificação dos trabalhadores, implementação de inovações tecnológicas, e apoio as micro e pequenas empresas formais para tornarem-se mais competitivas e produtivas.

A respeito das limitações da pesquisa, cabe destacar que a análise se restringe ao trabalho formal de um setor predominantemente formado por atividades informais. Isso indica que os resultados apresentam uma visão parcial e limitada de como o trabalho se configura nas atividades econômicas do Polo Têxtil e de Confecções de Pernambuco. O corte no formal, naturalmente, dá-se pela dificuldade de mensuração do trabalho informal.

Por fim, sugere-se que futuras pesquisas se aprofundem nas causas da retração do emprego formal no setor, como também, na investigação da correlação entre o nível educacional e a baixa remuneração destas atividades formais.

REFERÊNCIAS

ABIT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES. **O setor têxtil e de confecção e os desafios da sustentabilidade**. Brasília: ABIT, 2017. Disponível em: <https://share.google/DOyzaTIcandCA9p5I>. Acesso em: 15 set. 2025.

ABIT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES. **Perfil do setor: indústria têxtil e de confecção brasileira**. 2023. Disponível em: <https://www.abit.org.br/cont/perfil-do-setor>. Acesso em: 2 fev. 2025.

ABIT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES. **Setor têxtil e de confecção brasileiro fecha 2017 com crescimento**. 2017. Disponível em: <https://www.abit.org.br/noticias/setor-textil-e-de-confeccao-brasileiro-fecha-2017-com-crescimento>. Acesso em: 10 mar. 2025.

ABIT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES. **Valor da produção teve aumento de 0,5% em 2022**. 2023. Disponível em: <https://www.abit.org.br/noticias/valor-da-producao-de-vestuario-teve-aumento-de-05-2022>. Acesso em: 9 fev. 2025.

ARAÚJO, Tarcisio Patrício de; SOUZA, Aldemir do Vale; LIMA, Roberto Alves de. Nordeste: economia e mercado de trabalho. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 29, p. 55-77, 1997.

BEZERRA, Elaine; CORTELETTI, Roseli de Fátima; ARAÚJO, Iara Maria de. Relações de trabalho e desigualdades de gênero na indústria têxtil e de confecções do Nordeste. **Caderno CRH**, v. 33, p. 1-20, 2020.

BRASIL. MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: 30 mai. 2025.

BURNETT, Annahid. A saga dos retalheiros: um estudo sobre a instituição da feira da sulanca no agreste pernambucano. **Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 2, p. 09-40, 2013.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Diagnóstico do setor têxtil e de confecções de Caruaru e região.** Recife: DIEESE, 2010. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/relatoriotechnico/2010/diagnosticoFinalCaruaru.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.

FADE/UFPE - FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Estudo de caracterização econômica do pólo de confecções do agreste pernambucano: relatório final apresentado ao SEBRAE/PE.** Recife: FADE/UFPE, 2003. Disponível em: <https://share.google/1a9zuA143Yg3OKW7U>. Acesso em: 10 jun. 2025.

FERREIRA, Monaliza de Oliveira; VASCONCELOS, Kelly Samá Lopes de. Estimativa de demanda pela formalização da economia informal no agreste pernambucano: uma aplicação do método de valoração contingente. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 5, n. 2, p. 199-219, 2015.

KON, Anita; COAN, Durval Calegari. Transformações da indústria têxtil brasileira: a transição para a modernização. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 3, n. 3, p. 11-34, 2005.

LIMA, Lívia Rodrigues de; FERREIRA, Monaliza de Oliveira; PIRES, Glauber Magalhães. O uso da tributação ótima como estímulo a indústria de vestuário no Nordeste brasileiro. **Confederação Nacional da Indústria**, 2015. Disponível em: <https://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo>. Acesso em: 30 set. 2025.

MELO, Maria Cristina Pereira. Competitividade da pequena produção industrial do Nordeste: uma análise das potencialidades e limites do setor de confecções. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 31, n. 2, p. 236-261, 2000.

MILANÊS, Renata. Conectando mercado e relações pessoais: um estudo do polo de confecções do agreste de Pernambuco. **Sociologia & Antropologia**, v. 14, n. 02, p. 1-23, 2024.

MOURA, José Ediglê Alcantara; PAIVA, Maria Jeanne Gonzaga. Empregados formais na indústria têxtil cearense: estudo empírico de inserção socioeconômica nas micro e pequenas empresas vis-a-vis média e grandes empresas-2005/2010. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas**, v. 3, n. 1, p. 141-166, 2018.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. O Ceará e a indústria têxtil no espaço-tempo. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 36, n. 3, p. 420-423, 2016.

PEREIRA, Thiago Fellipe Lima Silva; FERREIRA, Monalisa de Oliveira. Competitividade da indústria têxtil e de confecções brasileira, nordestina e pernambucana e a concorrência chinesa entre o período de 1997 a 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, n. 1, p. 109-125, 2020.

ROCHA, Roberta de Moraes; SILVA JÚNIOR, Luis Honorato da; VIANA, Júlio de Albuquerque Barros. Inovação e competição: um estudo de caso do arranjo produtivo de confecção do agreste pernambucano. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, v. 1, n. 1, p. 50-80, 2015.

RODRIGUES, Ane Caroline; BARROS, Cícera Vivane; LIMA JUNIOR, Francisco do O'. A evolução do mercado de trabalho no estado do Ceará na indústria de transformação no setor têxtil de 2006 e 2014. **Economia Política do Desenvolvimento**, v. 8, n. 19, p. 46-68, 2017.

SANTOS, Lucas de Siqueira. **A indústria têxtil e de confecções pernambucana e a hipótese de desindustrialização: uma análise a partir do modelo econométrico de correção de erros**. Universidade Federal de Pernambuco. Caruaru-PE, 2025. (Trabalho de Conclusão de Curso)

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS. **A taxa de sobrevivência das empresas no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasil,d5147a3a415f5810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS. **Conheça os 7 principais setores da indústria de Pernambuco**. 2023. Disponível em: <https://share.google/SotMP6CSMPykeNK1b>. Acesso em: 9 Ago. 2025.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS. **Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do agreste pernambucano, 2012**. Recife: SEBRAE, 2013. Disponível em: <https://share.google/YHXW3RG8ExfZ5ijm3>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS. **Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil**. 2021. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em: 20 fev. 2025.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS. **Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira**. Brasília: SEBRAE, 2014. Disponível em: <https://share.google/KF3S5hl50prK3gXxM>. Acesso em: 20 mai. 2025.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS. **Pequenos negócios: a base da economia do nosso país**. 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/pequenos-negocios-a-base-da-economia-do-nosso-pais,85e97325a3937810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 12 fev. 2025.

SILVA, Luiz Afonso Simoens da. Desafios ao crescimento da China e implicações das alterações recentes na sua política cambial. **Boletim de Economia e Política Internacional**, nº 20, Brasília, IPEA, maio/ago. 2015. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/151202_boletim_internacional_20_cap5.pdf. Acesso em: 21/11/2025.

SILVA FILHO, Luís Abel da; QUEIROZ, Silvana Nunes de; SILVA, Adriano Olivier de Freitas e. Industrialização e emprego formal: avaliação empírica para o Ceará vis-a-vis o Piauí - 1998/2088. **Geonordeste**, v. XXI, n. 2, p. 11-49, 2010.

SILVA FILHO, Luís Abel da; QUEIROZ, Silvana Nunes de. Indústria têxtil: uma análise do emprego formal em Santa Catarina vis-à-vis o Ceará - 1998/2008. **Perspectiva Econômica**, v. 7, n. 2, p. 64-77, 2011.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: Cinquenta anos de pensamento na CEPAL - Rio de Janeiro: Record/CEPAL, v. 1, p. 217-237, 2000.

VIANA, Fernando Luiz Emerenciano. A indústria têxtil e de confecções no Nordeste: características, desafios e oportunidades. **Série Documentos do ETENE nº 06**. Fortaleza: BNB, 2005. Disponível em: <https://share.google/2lr1Xl8pIowhR7u6q>. Acesso em: 10 ago. 2025.

VILMA PEREIRA DA SILVA SANTOS

**TRABALHO FORMAL NAS PEQUENAS E MICRO EMPRESAS DO POLO TÊXTIL
E DE CONFECÇÕES DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2012-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas do Campus Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo científico, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: 02/12/2025

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Monaliza de Oliveira Ferreira (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dra. Alane Alves Silva
Universidade Federal de Pernambuco